



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 9539/2017**

**PROCEDIMENTO Nº 0808224-75.2017.4.05.8000**

**ORIGEM: 13ª VARA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS**

**PROCURADOR SUSCITANTE: GINO SÉRVIO MALTA LÔBO**

**PROCURADOR SUSCITADO: MAICON FABRICIO ROCHA**

**RELATOR: JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO**

**INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO MAJORADO EM DESFAVOR DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. FRAUDE NO LEVANTAMENTO DE GRAVAME DE VEÍCULO FINANCIADO (CP, ART. 171, § 3º) MPF: CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. LC Nº 73/95, ART. 62, VII. CONSUMAÇÃO. LOCAL EM QUE SE OBTVEU A VANTAGEM INDEVIDA, VERIFICADA NO MOMENTO EM QUE O AUTOMÓVEL FOI VENDIDO À TERCEIROS, NO CASO EM SANTA CATARINA E NÃO NO LOCAL ONDE SUPOSTAMENTE OCORREU A BAIXA DO GRAVAME (ALAGOAS). ATRIBUIÇÃO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA.**

1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime de estelionato majorado, previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal, em detrimento da Caixa Econômica Federal.

2. Consta dos autos que após o ajuizamento de ação de busca e apreensão pela CEF em razão de inadimplemento de contrato de financiamento de veículo, foi detectado que o gravame de tal veículo havia sido baixado, bem como sua alienação a terceiro.

3. Ao apreciar os autos, o Procurador da República oficiante na PRM de Campo Mourão/PR, entendendo que o local da vantagem ilícita foi aquele em que se deu a baixa do gravame a partir de senha *hackeada* de gerente de agência da CEF localizada em Alagoas, promoveu o declínio de atribuições em favor da PR/AL.

4. O Procurador da República oficiante na PR/AL, por sua vez, suscitou o presente conflito negativo de atribuições, ao argumento de que a obtenção da vantagem ilícita, ou seja, o proveito econômico, se deu no local onde foi recebido o valor pela venda do veículo, que no caso em apreço ocorreu no estado de Santa Catarina. Pontuou, ainda, que *“é provável que nenhum dos agentes tenha jamais botado os pés em tal cidade, pois as senhas de servidores/funcionários utilizadas geralmente são adquiridas de outras quadrilhas na 'DARK NET' ou por outros meios. Longe de auxiliar a investigação, o deslocamento do inquérito para Maceió apenas gerará uma investigação a ser conduzida através de precatórias e em um local em que nenhum dos agentes reside ou tem atividade”*.

5. Nos termos do *caput* do art. 70 do CPP, *“a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução”*. E, consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de possível estelionato contra o patrimônio público, o crime se consuma no momento da obtenção da vantagem patrimonial (CC nº 125.023/DF, DJe 19/03/2013).

6. Na hipótese em apreço, verifica-se que não obstante a celebração do contrato de financiamento de veículo tenha ocorrido na agência da CEF em Mamborê/PR, o veículo objeto do financiamento foi levado para a cidade de Itapema/SC pela filha da contratante, que utilizava o automóvel, bem como era a responsável pelo pagamento das parcelas do financiamento e naquele estado foi vendido através de contrato verbal a um terceiro.
7. Retirada fraudulenta do gravame que possibilitou a obtenção da vantagem ilícita. Efetiva vantagem ilícita obtida com o recebimento do valor pela venda do automóvel financiado no estado de Santa Catarina e não no momento da baixa do gravame supostamente perpetrado no estado de Alagoas. Ressalte-se que não há nos autos identificação do IP do computador que foi utilizado para a retirada do gravame.
8. Por fim, pontua-se, ademais, que por conveniência das investigações a fixação da competência em Alagoas não é aceitável. Sequer ouve a oitiva do principal suspeito que reside, ao que tudo indica, na cidade de Itapema/SC.
9. Conhecimento do conflito para fixar a atribuição da PR/SC.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime de estelionato majorado, previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal, em detrimento da Caixa Econômica Federal.

Consta dos autos que após o ajuizamento de ação de busca e apreensão pela CEF em razão de inadimplemento do contrato de financiamento de veículo nº 14.1265.149.0000046-50, foi detectado pelo respectivo juiz que o bem objeto do contrato tinha tido seu gravame baixado e fora alienado.

Ao apreciar os autos, o Procurador da República oficiante na PRM de Campo Mourão/PR, considerando que a baixa do gravame se deu a partir de senha *hackeada* de gerente de agência da CEF localizada em Alagoas, local de obtenção da vantagem ilícita, promoveu o declínio de atribuições em favor da PR/AL nos seguintes termos:

(...)

*“Considerando que a retirada do Gravame do sistema se deu em uma agência da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL de Maceió/AL, local em que em tese se obteve a vantagem indevida, conforme informação contida no despacho da Delegacia de Polícia Federal de Maringá (Evento 14-DESP1 fl. 5), verifica-se que o feito incumbe de atribuição ao douto Procurador da República atuante na Subseção de Maceió/AL, bem como ao E. Juízo correlato”.*

O Procurador da República oficiante na PR/AL, por sua vez, suscitou o presente conflito negativo de atribuições, ao argumento de que a obtenção da vantagem ilícita, ou seja, o proveito econômico, se deu no local onde foi recebido o valor pela venda do veículo, que no caso em apreço ocorreu no estado de Santa Catarina. Pontuou, ainda, que *“é provável que nenhum dos agentes tenha jamais botado os pés em tal cidade, pois as senhas de servidores/funcionários utilizadas geralmente são adquiridas de outras quadrilhas na 'DARK NET' ou por outros meios. Longe de auxiliar a investigação, o deslocamento do inquérito para Maceió apenas gerará uma investigação a ser conduzida através de precatórias e em um local em que nenhum dos agentes reside ou tem atividade”*.

Os autos foram então remetidos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins do art. 62, VII, da LC nº 75/93.

É o relatório.

Assiste razão ao Procurador da República suscitante.

Nos termos do *caput* do art. 70 do CPP, *“a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução”*. E, consoante orientação do Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de possível estelionato contra o patrimônio público, o crime se consuma no momento da obtenção da vantagem patrimonial (CC nº 125.023/DF, DJe 19/03/2013).

Na caso em apreço, imperioso ressaltar que, não obstante a celebração do contrato de financiamento de veículo tenha ocorrido na agência de CEF em Mamborê/PR, o veículo objeto do financiamento foi levado para a cidade de Itapema/SC pela filha da contratante, que utilizava o automóvel, bem como era a responsável pelo pagamento das parcelas do financiamento, sendo que naquele estado foi vendido, através de contrato verbal, a um terceiro. É dizer, a obtenção da vantagem ilícita se deu no estado de Santa Catarina.

Das informações constantes nos autos, principalmente o fato de que não haver informações sobre o IP do computador utilizado para retirada do gravame, não se pode falar que a obtenção da vantagem ilícita ocorreu no momento do levantamento do gravame de forma fraudulenta/irregular. Como bem pontuado pelo il. Procurador da República oficiante *“um mero registro no sistema não pode ser elemento para*

*determinar o local de consumação de um crime e, tampouco, onde deverá ser feita a investigação”.*

Por fim, tem-se que não há indícios de que o servidor/funcionário da CEF em Alagoas tenha participado da ação delituosa e que no caso *sub judice* a fixação da competência em Alagoas não é conveniente para as investigações, uma vez que sequer houve a oitiva do principal suspeito que reside, ao que tudo indica, na cidade de Itapema/SC.

Do exposto, voto pelo conhecimento do conflito negativo de atribuições e, no mérito, pelo reconhecimento da atribuição da PR/SC.

Remetam-se os presentes autos ao Procurador-Chefe em Santa Catarina, dando ciência, por cópia, aos Procuradores da República Gino Sérgio Malta Lôbo, oficiante na Procuradoria da República em Alagoas, e Maicon Fabricio Rocha, oficiante na PRM-Campo Mourão/PR.

Brasília/DF, 4 de dezembro de 2017.

**Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho**  
Subprocurador-Geral da República  
Titular – 2ª CCR